

TERMO DE REFERÊNCIA - AQUISIÇÕES

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

- 1.1. Aquisição de instrumentos e ferramentas de medição e aferição para as equipes de **Vigilância Sanitária e Engenharia da Secretaria de Saúde**, nos termos da tabela abaixo conforme condições e exigências constantes no termo de referência.

| ITEM | ESPECIFICAÇÃO | CATMAT | UNIDADE DE MEDIDA | QUANTIDADE |
|------|--|--------|-------------------|------------|
| 1 | Phmetro (Peagâmetro): Equipamento portátil medições rápidas de pH em campo | 482197 | Unidade | 3 |
| 2 | Câmera Termográfica | 455729 | Unidade | 1 |
| 3 | Trena eletrônica com alcance de 50m | 402542 | Unidade | 2 |
| 4 | Medidor de distância com roda | 621374 | Unidade | 1 |
| 5 | Paquímetro digital | 262496 | Unidade | 2 |
| 6 | Trena com fita de fibra de vidro de 50m | 484541 | Unidade | 1 |
| 7 | Alicate Amperímetro | 623915 | Unidade | 1 |
| 8 | Luxímetro Digital | 300676 | Unidade | 1 |

- 1.1.1. **Em caso de divergência entre a descrição contida no código (CATMAT) e a descrição do material constante no item 3.2, prevalecerá a descrição do material solicitado.**
- 1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.
- 1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.
- 1.4. O prazo de vigência da contratação é de **75 (setenta e cinco) dias** contados da data determinada na Autorização de Fornecimento.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares.

Especificação dos materiais

3.2. Descrição dos materiais:

| ITEM | DESCRIÇÃO |
|------|--|
| 1 | <p>Phmetro (Peagâmetro): Equipamento portátil medições rápidas de pH em campo: medidor portátil de pH para análise de qualidade de água destinada ao consumo humano, com medição simultânea de pH e temperatura, destinado a uso em campo e laboratório, incluindo todos os acessórios necessários ao pleno funcionamento do equipamento.</p> <p>1.2.1) Características técnicas mínimas exigidas</p> <p>O equipamento a ser fornecido deverá atender, no mínimo, às seguintes especificações técnicas:</p> <p>1.2.1.1 Medição de pH</p> <ul style="list-style-type: none">· Faixa de medição de pH: mínimo de -2,0 a 16,0· Resolução de leitura: 0,01 unidade de pH· Precisão mínima: $\pm 0,05$ unidade de pH· Tempo de resposta rápido, adequado a medições em campo· Indicação digital clara e legível <p>1.2.1.2. Medição de temperatura</p> <ul style="list-style-type: none">· Faixa de medição de temperatura compatível com análise de água (mínimo de 0 a 60 °C)· Sensor de temperatura integrado ao equipamento ou à sonda· Exibição da temperatura no visor do equipamento |

1.2.1.3. Compensação automática de temperatura (ATC)

- O equipamento deverá possuir compensação automática de temperatura, garantindo correção das leituras de pH conforme a variação térmica da amostra analisada.

1.2.1.4. Calibração

- Calibração automática, realizada diretamente no equipamento
- Possibilidade de calibração em no mínimo 2 pontos, sendo desejável até 3 pontos
- Compatibilidade com soluções tampão de pH amplamente utilizadas (ex.: pH 4,01; 7,01; 10,01 ou equivalentes)
- Indicação de status de calibração no visor

1.2.1.5. Eletrodo / sensor

- Eletrodo de pH substituível, permitindo manutenção sem descarte do equipamento
- Sistema de junção que permita fácil limpeza e renovação
- Compatível com medições em água potável, água bruta, água tratada e soluções aquosas
- Eletrodo adequado para uso contínuo e medições repetidas

1.2.1.6. Construção e robustez

- Equipamento portátil, compacto e de fácil transporte
- Estrutura resistente à umidade e respingos de água, adequada para uso em campo
- Grau de proteção compatível com ambientes externos (resistência à água)
- Material construtivo resistente a impactos leves e ao uso frequente

1.2.1.7. Alimentação e autonomia

- Alimentação por bateria
- Autonomia compatível com uso em campo durante jornada de trabalho
- Indicação de nível de bateria

1.2.1.8. Acessórios

- Tampa de proteção do eletrodo

- Estojo ou case para transporte
- Manual de instruções em língua portuguesa
- Certificado de calibração de fábrica ou declaração de conformidade do fabricante

1.2.2. Destinação do material

- Finalidade: Monitoramento e controle da qualidade da água destinada ao consumo humano
- Aplicação: Análises de campo e laboratório (poços, reservatórios, sistemas de distribuição, pontos de coleta e estações de tratamento)
- Local de destino: Unidade responsável pelo controle de qualidade da água (vigilância sanitária)
- Quantidade: 3 (Três) aparelhos, sendo um para cada equipe.

1.2.3. Exigências legais e normativas

O equipamento deverá estar em conformidade com as normas e legislações aplicáveis, incluindo, quando cabível:

- Boas práticas de fabricação e comercialização de equipamentos de medição
- Normas técnicas aplicáveis a instrumentos de medição eletroquímica
- Atendimento às diretrizes de controle de qualidade de água para consumo humano.

1.2.4. Documentação técnica obrigatória

O fornecedor deverá apresentar:

- Manual de operação em português
- Informações sobre assistência técnica e reposição de eletrodos/sensores

1.2.6. Garantia e suporte

Garantia mínima conforme política do fabricante

| | |
|---|---|
| 2 | <p>Câmera termográfica</p> <p>Campo de Visão (FOV): 50° (H) x 38° (V)</p> <p>Display: LCD TFT 2,8"</p> <p>Emissividade ajustável: 0,01 ~ 0,99</p> <p>Faixa de Temperatura: -10°C ~ 400°C</p> <p>Grau de Proteção: IP65</p> <p>Modo de Medição: Ponto Central, Rastreamento de alta Temperatura e ROI (área de interesse)</p> <p>Modos de Imagem: Fusão de Imagem, Imagem Visual e Imagem Térmica</p> <p>Paleta de Cores: Ferro Vermelho, Arco-íris, Branco Quente, Vermelho Quente, Preto Quente</p> <p>Resistente a Impacto: Queda de até 2 metros</p> <p>Resolução Câmera Visual: 640 x 480 pixel</p> <p>Resolução do Display: 320 x 240 pixels</p> <p>Resolução Espacial (IFOV): 7,3 mrad</p> <p>Resolução IR: 10.800 pixels (120 x 90)</p> <p>Resposta Espectral: 8 ~14µm</p> <p>Sensibilidade Térmica (NETD): ≤60mK</p> <p>Taxa de Atualização: ≤25Hz</p> <p>Alarme de Temperatura Alta e Baixa</p> <p>Alimentação: Bateria recarregável de íon-Lítio 3,6V / 5000mAh</p> <p>Armazenamento de Imagens: Cartão Micro SD</p> |
| 3 | <p>Trena eletrônica com alcance de 50m</p> <p>Funções: medição contínua, distância, medição de altura indireta-Pitágoras, cálculo de área e cálculo de volume</p> <p>Alcance da medição: 50 metros Precisão de medição: ± 1.5mm</p> |

| | |
|---|---|
| | <p>Display LCD iluminado</p> <p>Diodo laser: 635 nm, < 1 mW</p> <p>Classe de laser: 2</p> <p>Cor laser: Vermelho</p> <p>Unidades de medida: m/cm, pés/polegada</p> <p>Classe de proteção: IP54</p> <p>Rosca de 1/4 polegadas na base para encaixes em tripé</p> <p>Acompanha bolsa de transporte e capa de proteção</p> <p>Com Certificado de Calibração com Rastreabilidade Inmetro/RBC</p> |
| 4 | <p>Medidor de distância com roda</p> <p>Diâmetro da roda: mínimo 320mm - máximo 330mm</p> <p>Capacidade de medição: 9.999,9 m</p> <p>Painel de leitura: 5 dígitos</p> <p>Precisão: ± 5 mm/m</p> <p>Unidades de medição: m/dm</p> <p>Circunferência da roda: 1 m</p> <p>Dobradiça antiquebra</p> <p>Cabo telescópico retrátil com punho plástico</p> <p>Punho: Alça Telescópica</p> <p>Suporte lateral que mantém o cabo sempre em pé</p> <p>Ímãs integrados para fixação da régua em objetos metálicos</p> <p>Acompanha bolsa para armazenagem e transporte</p> <p>Com Certificado ISO 9001</p> |

| | |
|---|---|
| 5 | <p>Paquímetro digital</p> <p>Modelo quadridimensional</p> <p>Fabricado em aço inoxidável temperado</p> <p>Capacidade: 150mm - 6"</p> <p>Exatidão: aproximadamente 0,03 mm</p> <p>Resolução: 0,01mm/.0005"</p> <p>Parafuso de fixação da medida</p> <p>Tecla OFF/ON</p> <p>Tecla ZERO/ABS - zeragem em qualquer ponto</p> <p>Tecla mm/inch - conversão milímetro/polegada</p> <p>Acompanha estojo para armazenamento</p> <p>Com Certificado de Calibração Rastreado Inmetro/RBC</p> |
| 6 | <p>Trena com fita de fibra de vidro de 50m</p> <p>Revestimento: caixa de plástico ABS de alto impacto</p> <p>Tipo da caixa: aberta</p> <p>Comprimento da fita: 50 metros</p> <p>Largura da fita: 13mm</p> <p>Material da fita: fibra de vidro</p> <p>Fita com graduação métrica</p> <p>Macacão em centímetros com destaque em cada metro</p> <p>Com ponta para fixação no solo</p> <p>Com manivela para recolhimento da fita</p> <p>Com cabo ergonômico emborrachado</p> <p>Sem trava</p> |

| | |
|---|---|
| 7 | <p>Alicate amperímetro</p> <p>Corrente CA: Faixa 999.9 - Precisão 2% ± 5</p> <p>Tensão CA: Faixa 400/600 - Precisão 1,5% ± 5</p> <p>Tensão CC: Faixa 400/600 - Precisão 1,5% ± 5</p> <p>Resistência: Faixa 4000 Ω - Precisão 1% ± 5</p> <p>Continuidade: $\leq 70 \Omega$</p> <p>Visor com iluminação de fundo</p> <p>Com retenção de dados</p> <p>Tamanho da garra: até 30mm</p> <p>Classificação de segurança: CAT III 600 V</p> <p>Temperatura: 0 °C a 40 °C</p> <p>Terminais de teste: TL75</p> <p>Acompanha Par de Pontas de Prova</p> <p>Acompanha Bolsa de transporte</p> <p>Com Certificado de calibração</p> |
| 8 | <p>Luxímetro digital</p> <p>Funções de medição: Intensidade de luz, valor máximo e mínimo da luminosidade e a diferença entre eles:</p> <p>Alcance de medição: até 20.000 lux ou pés-vela</p> <p>Display: LCD 3 ½ dígitos com leitura máxima de 1999 e indicação x10 e x100</p> <p>Unidades de medida: Lux / °C - Lux / °F - FC / °C - FC / °F</p> <p>Sensor: Diodo fotoelétrico de silício e filtro óptico</p> <p>Faixa de medição: 20, 200, 2000, 20000, 200000 Lux / 20, 200, 2000, 20000 FC</p> <p>Taxa de Medida: 0.2 vezes por segundo ou superior</p> <p>Precisão: $\pm 3\%$ (a 2854 ° K - calibrado pela lâmpada incandescente comum) / $\pm 6\%$ outras fontes de luz visíveis / Erro de cosseno: 30 ° $\pm 2\%$; 30 ° $\pm 2\%$ e 80 ° $\pm 25\%$ /</p> |

| | |
|--|---|
| | <p>Ângulo de cosseno corrigido de acordo com as especificações gerais de grau A de JIS C 1609: 1993 e CNS 5119 A</p> <p>Temperatura de operação: 0 ~ 40 °C / 10 ~ 90% RH</p> <p>Faixa de medição de temperatura: -10°C a 40°C (32°F a 104°F) com umidade relativa < 70% Precisão de temperatura: ± 1.0 °C</p> <p>Resposta Espectral: Fotópica CIE</p> <p>Acompanha estojo para transporte e tampa protetora para o sensor</p> <p>Com Certificado de calibração com rastreabilidade RBC/INMETRO</p> |
|--|---|

- 3.3. Os objetos deverão ser entregues acondicionados adequadamente, conforme normas do fabricante, em embalagens originais e lacradas.
- 3.4. No momento da entrega dos itens, os produtos fornecidos devem estar em perfeitas condições de higiene e conservação.
- 3.5. Os bens devem ser novos e entregues acompanhados dos manuais de operação, instalação e manutenção básica, assim como dos termos de garantias.
- 3.6. A empresa arcará com todas as despesas relativas ao transporte, descarga e movimentação dos itens até o local indicado pelo Contratante.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Indicação de marcas ou modelos (Art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021)

- 4.1. Na presente contratação não serão indicadas marcas ou modelos específicos

Da vedação de contratação de marca ou produto

- 4.2. Na presente contratação não haverá vedação de marca (s) ou modelo (s).

Da exigência de catálogo ou ficha técnica

- 4.3. Serão exigidos catálogo e/ou ficha técnica dos seguintes itens:

4.3.1. Item 1 – Phmetro;

Item 2 – Câmera Termográfica;

Item 3 – Trena eletrônica com alcance de 50m;

Item 5 – Paquímetro digital;

Item 7 – Alicate Amperímetro;

Item 8 – Luxímetro Digital.

- 4.4. Será exigido catálogo, constando a descrição completa do produto, bem como manuais em língua portuguesa, quando for o caso.**
- 4.5. Critério de avaliação de catálogo: comprovar que a descrição técnica do produto corresponde à exigência do Edital.**
- 4.6. O catalogo deverá ser encaminhado junto com a proposta atualizada, conforme praxe da Secretaria da Administração.**

Da exigência de carta de solidariedade

- 4.7. Na presente contratação não se aplica a exigência de carta de solidariedade.**

Subcontratação

- 4.8. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.**

Garantia da contratação

- 4.9. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.**

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

- 5.1. O prazo máximo de entrega dos bens é de **20 dias corridos**, contados da data determinada na Autorização de Fornecimento, em remessa única.**
- 5.2. Caso não seja possível a entrega **no prazo máximo estipulado**, a empresa vencedora deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos **05 (cinco)** dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.**
- 5.3. Os bens deverão ser entregues nos seguintes endereços e horários indicados abaixo:**
 - 5.3.1. Item 1: Divisão de Subalmoxarifado da Secretaria Municipal da Saúde, localizado à Rua Nilo Peçanha, nº 78 - Jardim Mosteiro - CEP 14085-300, Ribeirão Preto/SP.**
 - 5.3.2. Itens 2 a 8: Subsecretaria de Infraestrutura e Suporte Operacional, localizado à Rua Duque de Caxias, nº 675 - Centro - CEP: 14015-020, Ribeirão Preto – SP.**

- 5.4. O horário para entrega e instalação dos produtos será de **segunda a sexta-feira das 08h00min às 11h00min e das 14h00min às 16h00min** com exceção de feriados e pontos facultativos, vide calendário oficial do Município (disponível em <https://www.ribeiraopreto.sp.gov.br/portal/principal/feriados>).

Garantia do objeto

- 5.5. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021 e do Decreto Municipal nº 64, de 2023, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Fiscalização

- 6.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.
- 6.5.1. No caso de instrumento equivalente a fiscalização será acompanhada pelo setor requisitante do objeto.
- 6.5.2. Constituem atividades a serem exercidas pelo(s) fiscal(is):
- 6.5.2.1. Acompanhar e registrar as ocorrências relativas à execução contratual, informando à unidade responsável pela gestão de contratos do setor requisitante, aquelas que podem resultar na execução dos serviços e obras ou na entrega de material de forma diversa do objeto contratual, tomando as providências necessárias à regularização, por parte da contratada, das faltas ou defeitos observados;
- 6.5.2.2. Recepcionar, conferir e atestar da contratada os documentos necessários ao pagamento, previstos no termo de contrato e nas exigências da Secretaria

Municipal da Fazenda que disciplina os procedimentos para a liquidação e pagamento;

- 6.5.2.3. Verificar se o prazo de entrega, as quantidades e a qualidade dos serviços, das obras ou do material encontram-se de acordo com o estabelecido no instrumento contratual;
- 6.5.2.4. Manifestar-se formalmente, quando consultado, sobre a prorrogação, rescisão ou qualquer outra providência que deva ser tomada com relação ao contrato que fiscaliza;
- 6.5.2.5. Consultar a unidade requisitante dos serviços, obras ou materiais sobre a necessidade de acréscimos ou supressões no objeto do contrato, se detectar algo que possa sugerir a adoção de tais providências;
- 6.5.2.6. Propor medidas que visem à melhoria contínua da execução do contrato;
- 6.5.2.7. Exercer qualquer outra incumbência que lhe seja atribuída por força de previsão normativa.

Gestão

6.6. Constituem atividades de gestão dos contratos:

- 6.6.1. Acompanhar as contratações a partir da lavratura do ajuste até sua implantação, em se tratando de prestação de serviços ou da entrega de material, no caso de fornecimento parcelado que culmine em instrumento contratual;
- 6.6.2. Ter conhecimento da íntegra do contrato firmado, bem como de seu cronograma físico-financeiro, bem como controlar a utilização dos recursos orçamentários destinados ao amparo das despesas dele decorrentes;
- 6.6.3. Fazer constar do processo administrativo correspondente as informações e os documentos necessários à formalização do contrato, inclusive quando o seu instrumento for substituído;
- 6.6.4. Executar as diligências e providenciar a tramitação necessária que precedem a assinatura dos contratos, termos aditivos e de apostilamento, termos de rescisão contratual, termos de recebimento contratual e afins pela autoridade competente;
- 6.6.5. Expedir a ordem serviço ou autorização de fornecimento;
- 6.6.6. Garantir acesso do contrato firmado, da proposta do contratado, do edital e dos demais documentos pertinentes ao fiscal do contrato, visando subsidiar o exercício da respectiva fiscalização;
- 6.6.7. Verificar e aprovar, com base na legislação vigente, a regularidade da documentação exigida como condição de assinatura do contrato, bem como mantê-la atualizada;

- 6.6.8. Atuar conjuntamente com o fiscal do contrato, verificando a existência de adequado acompanhamento à execução do ajuste;
- 6.6.9. Manter o controle de todos os prazos relacionados aos contratos e informar à autoridade competente, em tempo hábil, a necessidade de prorrogação contratual ou de realização de nova contratação, conforme o caso;
- 6.6.10. Dar início aos procedimentos para a prorrogação dos contratos com a antecedência necessária, levando em conta as informações prestadas pela unidade requisitante do serviço e pelo fiscal do contrato, os preços de mercado e demais elementos que auxiliem na identificação da proposta mais vantajosa para a Administração;
- 6.6.11. Verificar se a documentação necessária ao pagamento, encaminhada pelo fiscal do contrato, está de acordo com o disposto no contrato e nas exigências da Secretaria Municipal da Fazenda para liquidação e pagamento;
- 6.6.12. Verificada a existência de qualquer infração contratual, constatada pelo gestor ou unidade gestora, ou apontada pelo fiscal, relatar os fatos e iniciar o procedimento de proposta de aplicação de penalidade, nos termos previstos no instrumento contratual, bem como informar, com a devida justificativa técnica, às autoridades responsáveis, os fatos que ensejam a aplicação de sanções administrativas em face da inexecução parcial ou total do contrato, observada a legislação vigente;
- 6.6.13. Apurar situação de inadimplemento com relação às obrigações trabalhistas, ao tomar conhecimento dela por qualquer meio, independentemente de ação judicial, e adotar, garantido o contraditório e a ampla defesa, as providências previstas em lei e no contrato;
- 6.6.14. Executar as atividades inerentes à completa gestão do contrato firmado, inclusive no que se refere à manutenção das condições de regularidade fiscal, previdenciária e trabalhista da contratada;
- 6.6.15. Emitir, quando solicitado, as declarações, certidões e atestados de capacidade técnica em relação à execução dos serviços e aquisições contratados, consultado o fiscal do contrato;
- 6.6.16. Repassar as informações sobre vigência e necessidade de prorrogação do ajuste para a área responsável pelo plano de contratações anual;
- 6.6.17. Exercer qualquer outra incumbência que lhe seja atribuída por força de previsão normativa.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

- 7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(s) responsável(is) pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta (Art 117, inciso II, alínea “a” do Decreto Municipal nº 64, de 2023).
- 7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de **05 (cinco)** dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades e sem custos adicionais ao Município de Ribeirão Preto.
- 7.3. O recebimento definitivo ocorrerá mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências editalícias e contratuais, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, no prazo de até **30 (trinta)** dias, a contar do recebimento provisório (Art 117, inciso II, alínea “b” do Decreto Municipal nº 64, de 2023).
- 7.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências editalícias e contratuais.
- 7.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 7.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.
- 7.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.
- 7.8. O produto (marca, qualidade, etc) não poderá ser substituído, sem a devida autorização do contratante. Em caso de substituição, a empresa deverá, antes de efetuar a entrega, enviar o pedido ao Órgão Requisitante com as devidas justificativas.
- 7.9. O contratante reserva-se o direito de não receber o produto que estiver em desacordo com o previsto neste instrumento, podendo cancelar o pedido e aplicar as sanções cabíveis, nos termos da legislação vigente.

Liquidação

- 7.10. O(s) contratado(s) apresentará(ão) ao Órgão Requisitante a Nota Fiscal Eletrônica de Compra referente ao fornecimento efetuado.

- 7.11. Para a Nota Fiscal Eletrônica de Compras deverá ser observado o protocolo ICMS 42 de 03 de julho de 2009: ficam obrigados a emitir Nota Fiscal Eletrônica – NF-e, modelo 55, em substituição à Nota Fiscal, modelo 1 ou 1-A, a partir de 1º de dezembro de 2010, os contribuintes que, independentemente da atividade econômica exercida, realizem operações destinadas à Administração Pública direta ou indireta.
- 7.12. Para o atendimento da Lei Municipal nº 14.303 de 21 de março de 2019, a Contratada deverá enviar a Nota Fiscal em formato PDF, acompanhada de formato XML se houver, com todas as informações, incluindo a chave de identificação da Nota Fiscal Eletrônica, para o endereço de e-mail: Item 01: empenhosalmo.saude@rp.ribeiraopreto.sp.gov.br e **Itens 02 a 08: [manutenção.saude@rp.ribeiraopreto.sp.gov.br](mailto:manutencao.saude@rp.ribeiraopreto.sp.gov.br)**, como condição para aprovação da respectiva Nota Fiscal.
- 7.13. Para fins de liquidação, o Órgão Requisitante deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- 7.13.1. o prazo de validade;
 - 7.13.2. a data da emissão;
 - 7.13.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
 - 7.13.4. o período respectivo de execução do contrato;
 - 7.13.5. o valor a pagar; e
 - 7.13.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 7.14. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

Pagamento

- 7.15. O pagamento será efetuado no prazo de até **20 (vinte) dias** contados após a comprovação do fornecimento do objeto, nas condições exigidas, bem como, após a aprovação dos respectivos documentos fiscais pelo Órgão Fiscalizador.
- 7.16. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPC-FIPE de correção monetária.
- 7.17. O pagamento será realizado exclusivamente por meio de depósito bancário, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

- 8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de contratação, sob a forma **ELETRÔNICA**, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO**.

Forma de fornecimento

- 8.2. O fornecimento do objeto será **integral**.

Exigências de habilitação

- 8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

- 8.4. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 8.5. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- 8.6. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 8.7. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.
- 8.8. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 8.9. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.
- 8.10. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.
- 8.11. Para a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

- 8.11.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;
- 8.11.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;
- 8.11.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à execução contratual;
- 8.11.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;
- 8.11.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e
- 8.11.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;
- 8.11.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

8.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

- 8.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- 8.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
- 8.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 8.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título

VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

- 8.17. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 8.18. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 8.19. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual/Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 8.20. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006 e suas alterações posteriores, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

- 8.21. Não se faz necessária a exigência de qualificação Econômico-financeira, nos termos do inciso III do artigo 70 da Lei nº 14.133, de 2021, conforme justificado no Estudo Técnico Preliminar.**

Qualificação Técnica

- 8.22. Não se faz necessária a apresentação de atestado de capacidade técnica, conforme justificado no Estudo Técnico Preliminar.**

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

- 9.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 22.512,32 (vinte e dois mil, quinhentos e doze reais e trinta e dois centavos)**, conforme custos unitários apostos na tabela abaixo.

| ITEM | ESPECIFICAÇÃO | UNIDADE DE MEDIDA | QUANTIDADE | VALOR UNITÁRIO | VALOR TOTAL |
|------|-------------------------------------|-------------------|------------|----------------|---------------|
| 1 | PHmetros: Equipamento portátil | Unidade | 3 | R\$ 4.516,45 | R\$ 13.549,35 |
| 2 | Câmera Termográfica | Unidade | 1 | R\$ 5.194,96 | R\$ 5.194,96 |
| 3 | Trena eletrônica com alcance de 50m | Unidade | 2 | R\$ 575,03 | R\$ 1.150,06 |

| | | | | | |
|----------------------------|---|---------|---|------------|------------|
| 4 | Medidor de distância com roda | Unidade | 1 | R\$ 655,79 | R\$ 655,79 |
| 5 | Paquímetro digital | Unidade | 2 | R\$ 302,20 | R\$ 604,40 |
| 6 | Trena com fita de fibra de vidro de 50m | Unidade | 1 | R\$ 101,69 | R\$ 101,69 |
| 7 | AlicateAmperímetro | Unidade | 1 | R\$ 523,37 | R\$ 523,37 |
| 8 | Luxímetro Digital | Unidade | 1 | R\$ 732,70 | R\$ 732,70 |
| TOTAL R\$ 22.512,32 | | | | | |

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1.A contratação será atendida pela seguinte dotação:

- I) Unidade Orçamentária: 09 – Secretaria Municipal da Saúde;
- II) Vínculo: 7.100.0246 – Operação de Crédito BB – Lei 14.838/2023;
- III) Classificação Funcional: 10.305.25002.2.0080 – Investimento em Infraestrutura – Ribeirão Mais Resiliente em Saúde;
- IV) Fonte de Recursos: 7 – Operações de Crédito;
- V) Transferência voluntária: Sim.

- VI) Unidade Orçamentária: 09 – Secretaria Municipal da Saúde;
- VII) Vínculo: 7.100.0246 – Operação de Crédito BB – Lei 14.838/2023;
- VIII) Classificação Funcional: 10.122.25002.2.0080 - Investimento em Infraestrutura – Ribeirão Mais Resiliente em Saúde;
- IX) Fonte de Recursos: 7 – Operações de Crédito;
- X) Transferência voluntária: Sim.

- XI) Unidade Orçamentária: 09 – Secretaria Municipal da Saúde;
- XII) Vínculo: 1.300.0071 – FMS-ASPS – LC 141/2012;
- XIII) Classificação Funcional: 10.122.25002.2.0002 – Manutenção, Serviços e Contratos;
- XIV) Fonte de Recursos: 1 – Tesouro;

XV) Transferência voluntária: Não.

10.1.1. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Ribeirão Preto, 28 de abril de 2026.

Jucélia Alves da Silva

Chefe do Setor de Vigilância da Água para
Consumo Humano e da Saúde do Trabalhador

Luzia Márcia Romanholi Passos

Subsecretária de Vigilância em Saúde

João Paulo Lula Lublanski

Subsecretário de Infraestrutura e Suporte Operacional

Maurício Godinho

Secretário Municipal da Saúde